



MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE, REALIZADA NO DIA 2 DE AGOSTO DE 2017.

Nº. 17/2017

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: Francisco José Caldeira Duarte, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, e António João Fernandes Colaço, António José Rosa de Brito e Paulo Jorge Maria do Nascimento, na qualidade de Vereadores

Faltou o Sr. Vereador Carlos Alberto Camacho Guerreiro Pereira, cuja falta foi justificada por motivos familiares inadiáveis, na sequência da informação prestada pelo Sr. Vereador António José de Brito, do Partido Socialista.

ABERTURA DOS TRABALHOS

Dada a existência de quórum foi, pelo Sr. Presidente, declarada aberta a reunião pelas 21,45 horas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Na sequência do proposto pelo Sr. Presidente deliberou a Câmara, por unanimidade, registar em ata o voto de solidariedade com a Corporação dos Bombeiros Voluntários de Castro Verde, com a respetiva Associação, com os bombeiros e respetivos familiares e o desejo de rápidas melhoras aos bombeiros envolvidos no acidente ocorrido nesta data e que do qual resultou ferimentos graves.

Deu o Sr. Presidente conhecimento da agendada reunião com o Sr. Secretário de Estado do Ambiente, no próximo dia 3 de Agosto, no Fórum Municipal, com autarcas e entidades da região, organizada no âmbito da Subcomissão de Gestão de Albufeiras, para debater a preocupante situação que se verifica no corrente ano hidrológico nas Bacias Hidrográficas do Rio Tejo e do Sado, nomeadamente o baixo volume de água armazenada em albufeiras que constituem origens de abastecimento público, de rega e de abastecimento industrial, como é o caso da barragem do Monte da Rocha.

ORDEM DO DIA

- **Aprovação da ata da reunião anterior:**

Atendendo a que foi distribuída, previamente, a todos os presentes, cópia da ata da reunião anterior, foi dispensada a sua leitura, pelo que o Sr. Presidente colocou-a à consideração dos restantes membros e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e nominalmente.

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Expediente:

Tomou a Câmara conhecimento do seguinte expediente:

- Projetos de Lei do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português que “Fixa o regime de atribuição das compensações em acréscimo aos suplementos remuneratórios que se fundamentem na prestação de trabalho em condições de risco, penosidade e insalubridade (6ª. alteração à Lei nº.35/2014, de 20 de Junho – Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas”; e sobre a “Regularização de pessoal contratado a título precário na Administração Autárquica e no Sector Empresarial Local.
- “E-mail” do Conselho dos Julgados de Paz, dando conhecimento que foi empossada como Juíza de Paz titular do Julgado de Paz do Agrupamento de Aljustrel/Almodôvar/Castro Verde/Mértola/Ourique a Srª. Juíza de Paz, Dr.ª. Isabel Cristina Cabrita da Silva.
- Projeto de Resolução nº. 1036/XIII, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que “Recomenda ao Governo que assegure o acesso à Água do Alqueva pelos concelhos do Sul do Baixo Alentejo.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1. - Plano de Ação para a Eficiência Energética – Município de Castro Verde:

Apresentou o Sr. Vereador António João Colaço a seguinte proposta:

“Considerando:

- A estratégia ambiental do Município de Castro Verde rumo à ecoeficiência e sustentabilidade do seu território;
- Que o Município de Castro Verde pretende desenvolver medidas de vária ordem na área da eficiência energética a fim de reduzir a sua pegada ecológica;
- Que o concelho de Castro Verde já é um concelho ambientalmente considerado;
- Que as medidas propostas no presente Plano de Ação para a Eficiência Energética, são muito importantes para essa manutenção de prestígio e ainda para melhora-la mais;
- Que o presente Plano propõe as medidas necessárias para a eficiência e para a redução de custos que, diga-se, é muito significativa;

Assim, por forma a poderem ser implementadas as medidas propostas, proponho a aprovação o Plano de Ação para Eficiência Energética para o concelho de Castro Verde.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente aprovar o Plano de Ação para a Eficiência Energética para o concelho de Castro Verde, cujo documento se anexa à presente ata, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcrito.

2. - Recrutamento de um Assistente Operacional.

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

“Considerando a existência de um lugar criado ainda no Mapa de Pessoal, para o recrutamento de mais um trabalhador da carreira de Assistente Operacional;

Considerando a necessidade dos serviços operativos na afetação de mais recursos humanos, para o exercício de funções de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos serviços;

No uso da competência que me é conferida pelo disposto no artigo 35º/2-a), do Anexo I à Lei nº.75/2013, de 12 de setembro, proponho:

1º. - Ao abrigo do art.º 33º. da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº. 35/2014, de 20 de Junho, o recrutamento para ocupação de um posto de trabalho por tempo indeterminado de um lugar de Assistente Operacional.

2º. - Que seja acionada a reserva de recrutamento interna constituída na sequência do procedimento concursal aberto por aviso datado de 20 de maio de 2016, publicado no Diário da República nº.115, de 17 de junho de 2016, homologada por meu despacho de 27 de dezembro de 2017, para recrutamento do candidato seguinte na respetiva lista de ordenação final.”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, aprovar a proposta apresentada pelo Sr. Presidente.

3. - Ratificação da emissão de licenças especiais de ruído.

Submeteu o Sr. Presidente a ratificação da Câmara os atos das decisões que tomou relativamente às licenças especiais de ruído que concedeu, nos termos do art.º 15º do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 9/2007, de 17 de Janeiro, a Álvaro Manuel Mestre Rebolo, em representação do Grupo de Amigos dos Namorados, para a realização das Festas de Verão, da mesma localidade, das 19 horas do dia 21 até às 4 horas do dia 22 de Julho, e das 19 horas do dia 22 até às 4 horas do dia 23 de Julho; a Maria Manuela da Silva Pina Inácio Constantino, em representação da Associação “Jangada d’Exemplos”, para a realização das Festas de Verão da mesma localidade, das 19 horas do dia 21 até às 4 horas do dia 22 de Julho, e das 19 horas do dia 22 até às 4 horas do dia 23 de Julho; e a Bruno Miguel Carolina Mestre para realização de música ao vivo na “Festa Anual da Cerveja”, levada a efeito na Praça da República, em, Castro Verde, das 18 horas do dia 21 até às 2 horas do dia 22 de Julho, e das 18 horas do dia 22 até às 3 horas do dia 23 de Julho.

A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente, ratificar os atos de decisão em causa relativamente à concessão das referidas licenças especiais de ruído.

DIVISÃO DE OBRAS E GESTÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL

1. Obras e loteamentos municipais:

- **Plano de Segurança e Saúde referente à empreitada de “Construção do prolongamento da Rua Joaquim Agostinho”, em Castro Verde:**

Apreciou a Câmara e aprovou, por unanimidade e nominalmente, o Plano de Segurança e Saúde referente à empreitada de “Construção do prolongamento da Rua Joaquim Agostinho”, em Castro Verde.

- **Minuta do contrato da empreitada de “Rede de abastecimento de água de Castro Verde - Fase II - Ação de redução de perdas e seccionamento da rede”:**

Apreciou a Câmara e aprovou, por unanimidade e nominalmente, a minuta do contrato da empreitada de “Rede de abastecimento de água de Castro Verde – Fase II – Ação de redução de perdas e seccionamento da rede”, a celebrar com a empresa NADRUCIVIL – Engenharia e Construções SA, na sequência da deliberação tomada na reunião desta Câmara Municipal realizada no dia 19 de Julho findo.

2. - Obras particulares/Outros:

- **Deliberação final sobre processos de obras:**

Apreciou a Câmara e aprovou, por unanimidade e nominalmente, os seguintes projetos para efeitos de deliberação final e consequente emissão das respetivas licenças sobre os seguintes processos de obras:

- das especialidades, apresentados por João António Cravo Mestre para construção de uma habitação na Rua Eugénio de Andrade, lote 4, em Castro Verde (procº. 6/2017).
- de arquitetura e especialidades apresentados por Maria Lucília da Silva Costa, referente à legalização de ampliação da sua habitação sita na Rua de Santa Bárbara nº.11, em Entradas (procº. 21/2017).

- **Projeto de arquitetura:**

Apreciou a Câmara e aprovou, por unanimidade e nominalmente, o projeto de arquitetura apresentado por Rota Fresca – Comércio a Retalho Ld.ª. para alteração de edifício destinado a comércio e serviços, sito na Rua de Almodôvar nº.1, em Castro Verde (procº. nº. 24/1017)

- **Alteração ao alvará de loteamento nº. 4/2000, de Eduardo Figueira da Cruz:**

Apreciou a Câmara o pedido de alteração ao alvará nº.4/2000, a que corresponde o processo de licenciamento nº. 3/2000, localizado na Cerca da Vinha, em Castro Verde, requerido pelo respetivo titular, Eduardo Figueira da Cruz, tendo em vista a divisão do único lote constante no alvará de loteamento, constituindo mais um lote (nº.2).

A Câmara, em face do parecer proferido pelo Gabinete de Gestão Urbanística, que confirma que o arruamento público que confronta com o novo lote (nº.2) a constituir, não se encontra totalmente infraestruturado, não existindo rede de saneamento, e não sendo possível assegurar a ligação, por falta de cota, uma vez que a caixa de visita mais próxima situa-se a cerca de 200 metros do

possível edifício a construir, e a mesma não estar prevista na proposta em análise, deliberou, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador António José de Brito, indeferir o pedido de alteração pretendida ao alvará de loteamento em causa.

- **Auto de vistoria para efeitos de avaliação do nível de conservação de edifício, nos termos do disposto no art.º 1º do Decreto-Lei nº.266-B/2012, de 31 de dezembro:**

Apreciou a Câmara o pedido de vistoria, requerido por Maria do Céu Calado de Brito, para efeitos de determinação do nível de conservação do imóvel, sito na Rua do Acampamento nº. 38, em Castro Verde, antes da realização das obras de reabilitação.

Apreciou a Câmara, igualmente, o auto de vistoria efetuada ao referido imóvel, pelo Gabinete de Gestão Urbanística, nos termos do disposto no artigo 1º do Decreto-Lei nº.266-B/2012, de 31 de dezembro, para os efeitos previstos em matéria de reabilitação urbana e de conservação do edificado, como forma de determinar o nível de conservação do referido imóvel, e que confirma que o mesmo apresenta um índice de anomalias de 1.52, de acordo com a tabela constante no nº.3 do artigo 6º da Portaria nº. 1192-B/2006, conjugado com o artigo 5º do Decreto-Lei nº.266-B/2012, de 31 de dezembro, o que corresponde a um nível de conservação=2, a que equivale a estado de conservação = mau.

A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente, homologar o auto da vistoria efetuada para efeitos de avaliação do nível de conservação do prédio acima referido, localizado na ARU de Castro Verde, o que corresponde a um nível de conservação=2, a que equivale a estado de conservação = mau, do mesmo imóvel.

- **Emissão de parecer sobre constituição de compropriedades:**

Apreciou a Câmara o pedido apresentado por Maria Estela Faleiro Tavares Fernandes Cruz, solicitando a emissão de parecer para constituição de compropriedades, para efeitos de escritura da propriedade em comum, do prédio misto, denominado “Herdade do Almarginho”, sito na freguesia de São Marcos da Ataboeira, deste concelho, constituída na parte rústica com o artigo nº.2, secção N. com 399,375 ha, e a parte urbana com o artigo nº. 378, com a área de 108 m2, a favor da requerente e sua irmã Maria Clotilde Faleiro Tavares Martini, sendo adjudicado à requerente 300 hectares, e 99,3750 hectares à sua irmã que doou, em partes iguais, aos seus filhos João Faleiro Tavares Fernandes Cruz e Filipe Faleiro Tavares Fernandes Cruz.

Apreciado o assunto, a Câmara, em face da informação prestada pela Secção Técnica Administrativa, deliberou, por unanimidade e nominalmente, emitir parecer favorável à constituição das compropriedades para os fins em causa, na medida em que não se verificam os pressupostos fundamentais previstos no nº.2 do artigo 54º da Lei nº.64/2003, de 23 de Agosto.

DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

1. - Planície Mediterrânica 2017 – XXV Festival Sete Sóis Sete Luas:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento:

“A Planície Mediterrânica é uma iniciativa enraizada no calendário de programação cultural anual, assente em parcerias de cooperação com diferentes abrangências territoriais, que permitem dinamizar um vasto conjunto de iniciativas e que refletem uma prática de cooperação a vários níveis: local, nacional e internacional.

A Planície Mediterrânica é a secção local do Festival Sete Sóis Sete Luas, uma rede cultural que envolve 33 localidades do Mediterrâneo e do mundo lusófono, facto que possibilita a existência de uma parte significativa da atividade que se apresenta, potenciando a existência de programação de qualidade em localidades de pequena e média dimensão.

Importa ter presente que o “reforço da participação em redes regionais, nacionais e internacionais de cariz diverso como forma de obtenção de visibilidade externa, escala e know-how” foi apontado na Matriz Swot do concelho de Castro Verde como uma oportunidade.

A proposta que tem enquadramento nas Opções do Plano e Orçamento 2017, no Protocolo de Adesão à Rede Cultural do Festival Sete Sóis Sete Luas (ratificado na reunião de Câmara, de 26 de Abril), do Acordo de Cooperação com a Associação Pédexumbo, nos Protocolos de Cooperação estabelecidos com os agentes locais que participam no programa e no Plano de Ação do Grupo de Trabalho do Cante Alentejano do concelho de Castro Verde.

As linhas de orientação inerentes à elaboração da proposta estão referenciadas no texto da Nota Introdutória do documento anexo.”

Apreciado o documento que integra o respetivo programa e orçamento, cujo conteúdo foi pormenorizadamente explicado pelo Senhor Vereador Paulo Nascimento, e que constitui anexo à presente ata, dando-se por isso como aqui integralmente transcrito. Passada a votação, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, aprovar a proposta para a realização da edição de 2017 da Planície Mediterrânica nos dias 8 a 10 de Setembro próximo.

2. - Revisão do Protocolo de Cooperação - Projeto Castro Wireless

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento:

“No âmbito do acesso dos cidadãos às tecnologias de informação e comunicação, do combate à infoexclusão e da valorização do espaço público, a Câmara Municipal de Castro Verde e a Junta de Freguesia de Castro Verde implementaram na vila de Castro Verde e a Junta de Freguesia de Castro Verde, em 2013, o projeto “Castro Wireless”, com o objetivo de disponibilizar o acesso a uma rede Wireless, também conhecida como WI-FI, em Banda Larga (54 Mbps), através de uma tecnologia sem fios de curso alcance (300 m) via rádio, disponibilizando, para o efeito, o acesso gratuito à internet em oito espaços públicos da vila de Castro Verde.

O serviço regista no seu período de existência um total de 8.319 utilizadores e está disponível na Praça do Município, na Praça da República, na Praça da Liberdade, no Parque Infantil / Centro Coordenador de Transportes, na Praça Adriano Correia de Oliveira, no Parque da Liberdade, no Parque de Campismo e na Biblioteca Municipal.

Atualmente, no âmbito do desenvolvimento deste projeto e das necessidades diagnosticadas, importa alargar a sua cobertura a outros espaços públicos do núcleo urbano de Castro Verde, pelo que se vai proceder à colocação de 2 novas antenas nas zonas do Largo da Feira e das Piscinas Municipais / Parque da Liberdade, e aumentar a capacidade de resposta do serviço, pelo que se procede à contratação de um serviço com novas características, bem como simplificar o registo dos utilizadores de modo a garantir uma maior possibilidade de utilização.

Nesta proposta está ainda contemplada a revisão dos deveres e obrigações entre parceiros.”

Apreciado o assunto, cujo conteúdo foi pormenorizadamente explicado pelo Senhor Vereador Paulo Nascimento, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, proceder à revisão do protocolo de cooperação celebrado com a União de Freguesias de Castro Verde e Casével, conforme proposto, ficando os documentos que integram a mesma proposta anexos à presente ata, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos.

3. - Concessão e renovação de cartões sociais:

Conforme informação e documentação da Divisão da Ação Social, Educação, Cultura e Desporto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, o seguinte:

- Conceder cartões sociais a: Dilar Guerreiro Rosário Coelho, residente em Castro Verde, no escalão A, e a Bruno Filipe Belchior Santiago, residente em Entradas, no escalão B.
- Renovar os cartões sociais de Maria Rosa Nobre Mendinhos, residente nos Aivados e de Paula Cristina dos Santos Duarte, residente em Castro Verde, ambas no escalão A, e de Manuel Anjos Tomé, residente no Beringelinho, no escalão B.
- Indeferir os pedidos de cartão social solicitados por Antónia Guerreiro dos Santos, residente em Castro Verde, e por Maria Francisca Teresa Afilhado, residente na Sete, em virtude dos seus rendimentos per capita excederem o previsto no respetivo regulamento municipal.

PERIODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não se verificou a presença de público.

APROVAÇÃO EM MINUTA

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada por unanimidade pela Câmara para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 22,35 horas, qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº 2 do artigo 57º da Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.